

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 047/2023

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER IMÓVEL PÚBLICO, MEDIANTE PERMISSÃO DE USO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ANDREA WAGNER, Prefeita do Município de Jaciara, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei,

- Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Jaciara autorizado a fazer a permissão de uso, a título gratuito, fração do imóvel de propriedade do Município, situado no quadro urbano do Município de Jaciara, para a empresa TABITA ALTHAUS BRANDAO, inscrita no CNPJ sob o nº 24.892.868/0001-01.
- §1º. O imóvel de propriedade do Município de Jaciara, localizado na Rua Itararé, s/nº Centro (Mercado Municipal).
- §2º. Será objeto de permissão do imóvel descrito no §1º a fração de 729,45 metros quadrados de terreno e área edificada de 4.283,25 metros quadrados.
- Art. 2º. O imóvel objeto da presente permissão de direito real de uso, tem por destinação o funcionamento das atividades de fabricação de móveis.
- Art. 3°. Tendo em vista o relevante interesse público, justificado em razão da política de incentivo, visando contribuir para o fomento e otimização das atividades empresariais e fomento do trabalho e da produção, considerando que a permissão se faz mediante doação para a ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE JACIARA, Associação Privada, inscrita no CNPJ/MF n° 00.177.600/0001-20, no valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais, pelo período de vigência da permissão.
- **Art. 4º.** A permissão será feita pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogada por prazo igual ou diferente, desde que persista o interesse público, mediante a celebração do competente instrumento entre as partes, devidamente justificado, ficando a concessionária obrigada a observar as condições previstas na lei, sob pena de revogação da cessão.
- **Art. 5º.** A permissionária fica obrigada a observar as condições abaixo especificadas, sob pena de revogação da permissão, independentemente de indenização pelas benfeitorias realizadas, a saber:
- I manter-se regularizada perante os Órgãos Públicos, seja Federal, Estadual ou Municipal.
- II não alterar a finalidade da cessão, sob pena da cessionária ter que devolver, imediatamente, o bem ao Município, bem assim, ser responsabilizada pelos prejuízos decorrentes da mora, se promover embaraço na devolução do imóvel.
- III não transferir, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos decorrentes da cessão, sem a anuência do Poder Executivo Municipal.
 - IV atender, fielmente, as normas e exigências dos Poderes Públicos.





V – zelar para que não ocorra inutilização ou destruição do bem.

- **Art. 6°.** Findo o prazo estabelecido no art. 4° da presente Lei e não havendo prorrogação entre as partes, deverá a permissionária entregar o imóvel à Municipalidade com todas as benfeitorias ali realizadas, sem qualquer direito de retenção ou indenização, e independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.
- Art. 7°. A permissionária somente poderá realizar edificações no imóvel mediante autorização expressão do Município, atendidas as normas e legislação vigente.
- Art. 8°. As despesas com manutenção e conservação do bem correrão por conta da permissionária, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da permissão por qualquer motivo.
- Art. 9°. A permissão de uso será feita sem ônus tributário incidente sobre o imóvel.
- Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto o que se fizer necessário para a reta aplicação legal.

Gabinete da Prefeita, aos 02 de Outubro de 2023.

ANDREIA
ANDREIA
MAGNET

ANDREIA
WAGNER:

0.674 A, On-42 MeA-V. (1.4 Mea-V. (1.

ANDRÉIA WAGNER Prefeita Municipal